



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010221-20.2016.8.26.0566**  
 Classe - **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**  
 Assunto  
 Requerente: **Adelina Chechi Perruchi**  
 Requerido: **Instituto Nacional de Seguridade Social (inss)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

A autora **ADELINA CHECHI PERRUCHI**, devidamente qualificada nos autos, ajuizou **AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO AUXÍLIO-ACIDENTÁRIO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face do **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS**, igualmente qualificado nos autos, aduzindo em síntese que:

1. A autora desde 13/06/1980 recebe auxílio-acidente NB 95-068.295.279-6, por conta de um acidente de trabalho;

2. Em 19/10/2005 o INSS deferiu a aposentadoria por invalidez previdenciária, NB 515.531.336-4;

3. O benefício acidentário foi mantido até agosto de 2016, quando o INSS encaminhou correspondência comunicando a cessação do benefício acidentário, sob o fundamento de estar mantido indevidamente desde a concessão da aposentadoria por invalidez, visto que os benefícios não são cumulativos;

Requer a antecipação de tutela, para o restabelecimento do benefício auxílio-acidente da autora nº NB 95-068.295.279-6, devendo ser expedido ofício ao INSS a fim de que pague o correspondente ao auxílio-acidente da autora até nova ordem, sob pena de, não o fazendo, incidir multa diária.

Foi indeferido o pedido de antecipação de tutela (fls. 28/29).

Pedido de reconsideração por parte da autora às fls. 35.

Decisão de fls. 38 não conheceu do pedido de reconsideração.

Contestou o INSS (fls. 47/51), aduzindo, em síntese, que falta à autora direito subjetivo a titularizar quaisquer dos pretendidos benefícios. Requer que, em caso de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

procedência da demanda, a data da concessão do benefício seja a partir da data da perícia médico-judicial.

Réplica às fls. 56/68.

O INSS apresentou petição afirmando que o benefício outrora recebido pela autora era o de auxílio suplementar concedido judicialmente em 1980, benefício esse que deveria cessar diante da aposentadoria, conforme artigo 9º, parágrafo único, da Lei nº 6367/76.

É uma síntese do necessário.

### **FUNDAMENTO E DECIDO.**

Julga-se a lide antecipadamente, dada a regra do art. 355, I, do CPC, por se tratar apenas de matéria de direito.

A Lei nº 9.528/97 vedou a cumulação do benefício de auxílio-acidente com a aposentadoria, porém esta somente entrou em vigor no ano de 1997. Os pedidos anteriores à data da sua promulgação eram regidos pela Lei nº 8.213/91, que não proibia essa cumulação.

É incontroverso nos autos que o fato gerador da moléstia ocupacional da autora iniciou-se em data anterior à vigência da Lei nº 9.528/97.

Ora, se, de um lado, é impossível, atualmente a cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria, em virtude da nova redação dada aos artigos 18, § 2º e 86, §§ 1º e 3º da Lei nº 8.213/91, quando o fato gerador do benefício, seja moléstia ou acidente típico, ocorreu antes da data da entrada em vigor da Lei nº 9.528 de 10 de dezembro de 1997, não há impedimento para a concessão do auxílio acidente ao trabalhador aposentado ou de aposentadoria ao trabalhador beneficiário de auxílio, sendo, então, cumuláveis.

Assim, o cabimento da cumulação de benefícios dependerá da definição do momento em que o auxílio-acidente será devido e da sucessão da lei previdenciária no tempo.

O Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial repetitivo, firmou entendimento no sentido de que, para cumulação dos benefícios de aposentadoria e auxílio-acidente, a lesão incapacitante e o início da aposentadoria devem ter ocorrido antes



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da entrada em vigor da MP 1.596-14/1997, que alterou o artigo 86, da Lei 8.213/1991.

Confira-se: RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA. ART. 86, §§ 2º E 3º, DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA 1.596-14/1997, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997. CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO CONJUNTO. LESÃO INCAPACITANTE E APOSENTADORIA ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DA CITADA MP (11.11.1997). DOENÇA PROFISSIONAL OU DO TRABALHO. DEFINIÇÃO DO MOMENTO DA LESÃO INCAPACITANTE. ART. 23 DA LEI 8.213/1991. CASO CONCRETO. INCAPACIDADE POSTERIOR AO MARCO LEGAL. CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE. INVIABILIDADE. (...) 3. A acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991 ("§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria; § 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, observado o disposto no § 5º, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente."), promovida em 11.11.1997 pela Medida Provisória 1.596-14/1997, que posteriormente foi convertida na Lei 9.528/1997. (...) 4. Para fins de fixação do momento em que ocorre a lesão incapacitante em casos de doença profissional ou do trabalho, deve ser observada a definição do art. 23 da Lei 8.213/1991, segundo a qual "considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro" (...). 5. No caso concreto, a lesão incapacitante eclodiu após o marco legal fixado (11.11.1997), conforme assentado no acórdão recorrido (fl. 339/STJ), não sendo possível a concessão do auxílio-acidente por ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inacumulável com a aposentadoria concedida e mantida desde 1994. 6. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp 1296673/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Apelação nº 1043676-31.2014.8.26.0053 - São Paulo 4/4 PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 03/09/2012).

O mesmo entendimento foi reafirmado no recentíssimo enunciado da Súmula 507: A acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho.

No caso em tela, o auxílio-suplementar foi concedido em 1980 e a aposentadoria por idade se deu em 2005 (fls. 25).

O STJ, tratou especificamente sobre a cumulação de auxílio suplementar e aposentadoria, decidindo pela possibilidade, desde que a lesão incapacitante e a concessão de aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997.

**EMENTA - PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUXÍLIO-ACIDENTE. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.296.673/MG. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A Primeira Seção, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.296.673/MG da Relatoria do Ministro Herman Benjamin, consolidou entendimento no sentido de que a cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria é possível, desde que a eclosão da lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria tenham ocorrido antes de 11/11/1997, data de edição da Medida Provisória 1.596-14/97, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997. 2. No caso, verifica-se que a concessão da aposentadoria se deu em data posterior à edição da Lei 9.528/1997, razão pela qual inviável a cumulação pretendida. 3. Agravo interno não provido.**

Essa é a hipótese dos autos.

Destarte, de fato se afigura cabível, na hipótese, a cumulação dos benefícios, como pretendido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, julgo procedente o pedido condenando o INSS a restabelecer o benefício em 30 dias, com data retroativa à data da cessação indevida. Condene o INSS, outrossim, ao pagamento das parcelas vencidas.

A atualização monetária das parcelas em atraso observará os critérios da Lei nº 8.213/91 e suas alterações posteriores. Juros legais de mora de 1% ao mês devidos a partir da citação. O benefício é devido a partir do dia seguinte da alta médica indevida (Cf.TJSP, AP.0150789-36.2008, 17ª. Câmara de Direito Público, d.j.29.03.2011, rel. Des. Alberto Gentil.

Deixo de conceder antecipação de tutela porque não há periculum in mora, dado que embora se trate de benefício previdenciário e tenha caráter alimentar, a autora já recebe aposentadoria e por isso pode aguardar o desfecho final da causa ainda que haja recurso dessa.

Em virtude de sua sucumbência, arcará o INSS com honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas.

Quanto aos honorários advocatícios, é pacífica sua fixação em percentual sobre o total das prestações vencidas até a sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ, *verbis*: "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença."

O INSS está isento de custas *ex vi legis*.

Remessa oficial determinada a teor do que dispõe o art. 496, I, do Código de Processo Civil, anotando-se que a condenação não é de valor certo, o que permitiria que não houvesse remessa oficial (art. 496, parágrafo segundo do Código de Processo Civil).

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2017.

**Juiz Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**